

MAÇONARIA E MUSEOLOGIA:

Análise dos objetos maçônicos de D. Pedro I

(MUSEOLOGY AND FREEMASONRY: Analysis of objects of D. Pedro I)

Raniel da Conceição Fernandes ¹

Resumo

O presente trabalho desenvolve uma análise histórico-iconográfica dos objetos maçônicos que pertenceram ao Imperador D. Pedro I. Assim, tendo como base as diretrizes investigativas da Museologia, apresenta-se um estudo contextual dos objetos históricos embasado no auxílio de fontes documentais, de leitura iconográfica dos acervos e revisão de literatura sobre o tema. Longe de apresentar verdades incontestáveis a respeito da história dos objetos apresentados, busca-se fazer uma reflexão acerca das possíveis intersecções do campo de estudo proposto pela Museologia imerso no universo da Maçonaria.

Palavras-chaves: Maçonaria; Museologia; D. Pedro I.

Abstract

The present work develops a historical-iconographic analysis of the Masonic objects that belonged to the Emperor D. Pedro I. Thus, based on the investigative directives of Museology, this article presents a contextual study of historical objects based on the aid of documentary, reading sources Iconography of the collections and review of the literature on the subject. Far from presenting incontestable truths about the history of the objects presented, it is sought to reflect on the possible intersections of the field of study proposed by Museology immersed in the universe of Freemasonry.

Keywords: Freemasonry; Museology; D. Pedro I.

¹ Raniel da Conceição Fernandes é Bacharel em Museologia pela UnB—Universidade de Brasília (2013). Atualmente é curador do Museu Maçônico "Ariovaldo Vulcano" do GOB—Grande Oriente do Brasil. . E-mail: *ranielcfernandes@gmail.com*

1. Panorama maçônico-museal

O patrimônio histórico maçônico é rico e complexo. Mormente no Brasil, essa riqueza é conspícua devido a indelével participação da Maçonaria na história do Brasil. Por meio de seus membros, atuou nos grandes fatos históricos e períodos de efervescência político-social que marcaram a trajetória da nação brasileira. De maneira geral, diversos maçons contribuíram de forma relevante nos processos de Independência do Brasil, na Abolição da Escravatura e na proclamação e consolidação da República.

A complexidade apresenta-se nas diversas lendas e mitos que envolvem a Ordem. Suas origens e trajetória até os dias hodiernos estão permeadas de teorias conspiratórias, histórias mirabolantes e realizações (in)discutíveis. A própria produção historiográfica maçônica, como afirma William de Carvalho (2007) e Célia de Azevedo (1997, p.180), é repleta de mitos e fantasias, com parca metodologia histórica e análises parciais.

Assim, ao se falar em Maçonaria, no universo popular, muitas vezes não se separa o mito da realidade histórica, o fato da lenda, havendo muitas falácias proferidas e embasadas em interesses pessoais. E, em se tratando do acervo histórico relacionado à Maçonaria não é diferente. No Brasil, há poucas instituições responsáveis pela salvaguarda dos documentos e objetos históricos relacionados a Ordem. E, pelo status existente, há de se questionar a real história por trás desses acervos.

Diante disso, mister se faz a realização de pesquisas metódicas, embasadas em fontes documentais ou em indícios conspícuos e inteligíveis disponíveis nos mais variados acervos relacionados à Maçonaria.

O presente estudo, ademais, objetiva analisar as histórias nas quais estão envoltos os objetos maçônicos associados a D. Pedro I e que pertencem hoje ao acervo do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro. Teriam de forma efetiva tais objetos pertencidos a D. Pedro I, ou mais além, teriam sido usados pelo Imperador? Que objetos são estes e que histórias e significados podem revelar, devido ao seu envolvimento com o primeiro imperador brasileiro?

Não se pretende aqui responder de forma definitiva às questões supracitadas, mas sim, apresentar alguns indícios que elucidem tais dúvidas. Por meio de um levantamento histórico do contexto da Maçonaria na época e de uma análise iconográfica dos ob-

jetos relacionados, serão levantadas algumas considerações sobre a simbologia maçônica presentes nos bens culturais e a vida maçônica do Imperador, demonstrando-se, por fim, a profícua intersecção entre o campo museal e o universo maçônico.

2. A museologia e o estudo do objeto

A Museologia, enquanto ramo do conhecimento científico, como afirma Cristina Bruno (1996, p. 10) apresenta, como escopo de estudo, interesse na Cultura Material e em elementos da herança patrimonial das diversas sociedades no transcurso da história. Neste campo, há estudos investigativos relacionados com a pesquisa, preservação e comunicação do patrimônio cultural produzidos pela humanidade. Nas instituições museais, principal *locus* onde a relação entre patrimônio-sociedade ocorre, as ações do processo curatorial – formação dos acervos, pesquisa, conservação, documentação museológica, exposição e educação museal (CURY, 2011, p.1017), apresentam a visão basilar da práxis museológica.

Mais especificamente, no âmbito dos museus, todos os objetos são processados tecnicamente e catalogados visando o armazenamento de todas os dados a estes referentes. É no processo de documentação museológica, que é por si só uma sistemática de pesquisa, onde são pesquisadas as principais relações histórico-funcionais relacionados aos diversos acervos preservados em museus.

Helena Ferrez (1994, p.67) apresenta uma singular teoria informacional do objeto em museus, afirmando que “os objetos produzidos pelo homem são portadores de informações intrínsecas e extrínsecas que, para uma abordagem museológica, precisam ser identificadas”. As intrínsecas referem-se as informações depreendidas do objeto em si, de suas características físicas, sua estrutura e composição. Já as informações extrínsecas são aquelas recuperadas a partir de outras fontes, para além dos objetos, quais sejam os documentos a estes relacionados, o contexto de uso e fabricação, suas relações com fontes bibliográficas, entre outros.

Nesse sentido, os objetos ao serem musealizados, isto é, inseridos nos acervos, ou adquiridos pelos museus nem sempre apresentam informações sobre sua origem, procedência, histórico, usos. E, portanto, exigem uma análise e pesquisa por parte dos profissionais de museus com a finalidade de se buscar as informações contextuais que venham preen-

cher as lacunas e dúvidas suscitadas.

De modo geral, é função basilar dos museus preservar os acervos a eles pertencentes. Mas para além disso, as instituições museais devem proporcionar à sociedade a fruição destes objetos, procurando transmitir as informações mais precisas sobre estes. O próprio Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (2010, p.18) determina tal propósito. Tendo, por conseguinte, a necessidade de divulgar tais conhecimentos desenvolvidos em seu âmbito à sociedade, mormente por meio de exposições, conferências, congressos e publicações.

Ao se tratar especificamente dos objetos em si, pode-se afirmar que cada objeto é um universo de possibilidades relacionais a ser desvendado. Segundo Fausto dos Santos (2000, p. 90) "todos os objetos são portadores de forma, de uma Gestalt [...] cada objeto é, pois, condutor de mensagens funcionais e simbólicas." Ainda segundo este autor, "podemos definir os objetos em relação ao museu como testemunho da trajetória do homem, de um fato, de uma época"(p.91). Desse modo, é possível extrair diversas informações dos objetos, sejam históricas, simbólicas, contextuais e relacionais.

Ademais, no caso dos objetos maçônicos, como afirma Suely Kofes (2007, p.29), há uma cultura material maçônica, que por meio dos seus testemunhos materiais, outrora objetos simbólicos e ritualísticos, estão permeados de uma densidade histórica e mítica. Tais acervos, "atualizam a estratégia de tornar visível a maçonaria e conservar como memória ativa, os símbolos maçônicos e uma estética maçônica, que guardam neles uma densidade histórica e mítica" (KOFES, 2007, p.35).

Ao se pensar sobre objetos maçônicos tal questão apresenta-se, portanto, de forma mais complexa, pois a Maçonaria durante muito tempo esteve envolta em segredos e mistérios guardados com esmero. Desse modo, antes de se analisar especificamente os objetos maçônicos do Imperador D. Pedro I, cabe apresentar parte de sua vivência maçônica, inclusive para contextualizar a posterior comparação desta com os referidos objetos.

3. Vida maçônica de D. Pedro I

Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Gabriel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e

Bourbon (Queluz, Portugal, 1798 - Queluz, 1834) já a tempo manifestava o desejo de ingressar na Maçonaria, como afirma Antônio de Menezes Drummond (1883, p.133) – diplomata e secretário de José Bonifácio – nos manuscritos denominados "Recordações de um Contemporâneo" publicados na Gazeta Litterária do Rio de Janeiro, em 1883.

De fato, o Imperador do Brasil D. Pedro I foi iniciado na Maçonaria aos 24 anos de idade, na Loja Comércio e Artes, adotando o nome heróico de Guatimozim. Tendo como padrinho José Bonifácio, a sua iniciação ocorreu no dia 02 de agosto de 1822, como consta na ata da sessão nº9 da Assembléia Geral do GOB no dia 13 do 5º mês de 1822. Já em 5 de agosto, como apresentado na ata da sessão de 16 do 5º mês de 1822, o primeiro Imperador do Brasil foi exaltado ao Grau de Mestre Maçom.

A despeito de sua rápida passagem pela Maçonaria, a qual ordena a suspensão de todos os trabalhos em 21 de outubro de 1822, o Imperador foi empossado como Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil na 17ª sessão do GOB e nesta mesma reunião foi revestido com o Grau 7 do Rito Moderno – Cavaleiro Rosa-Cruz, como afirma Manoel Joaquim de Menezes em seus relatos "Exposição histórica da Maçonaria no Brasil" (Apud BOLETIM, 1875, p.747), que, conforme explicitou Kurt Prober (1984, p.55), em livro escrito com o pseudônimo Isa Ch'an, fora testemunha ocular dos fatos ocorridos em 1822.

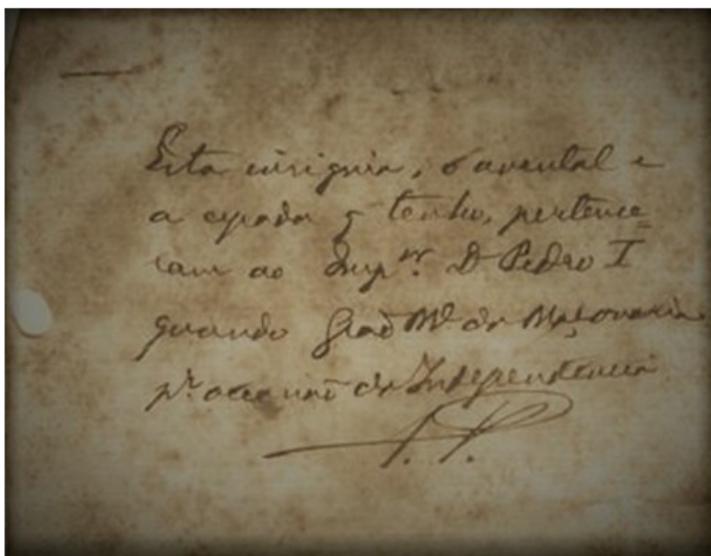
Destarte, no arquivo histórico do Museu Imperial é possível encontrar uma carta direcionada a Joaquim Gonçalves Ledo, a qual foi assinada com as iniciais "I.: P.: M.: R. : +", que, segundo Castellani (2009, p. 56), significa: Irmão Pedro, Maçom Rosa-Cruz. O que, assim, corrobora a afirmação de que D. Pedro I atingiu o grau máximo do Rito Moderno à época.

4. Os objetos e suas relações

Desse modo, passemos para a descrição dos objetos relacionados a D. Pedro I e que se encontram no Museu Histórico Nacional. Doados pela Viscondessa de Cavalcanti em 15 de novembro de 1927, a-vental, faixa e malhete foram citados em um bilhete (Imagem 1) escrito a próprio punho pela doadora como tendo pertencido a D. Pedro I. É o único documento que relaciona tais objetos ao Imperador (RIBEIRO, 1972, p.61). Assim, não se pode confirmar ou descartar que tais objetos tenham realmente pertencidos ao 2º Grão-Mestre do Grande Oriente do

Brasil.

Figura 1: Processo de entrada de acervo nº04/28: Bilhete da Viscondessa de Cavalcanti informando sobre os objetos maçônicos de D. Pedro I



Fonte: Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional (2017)

Contudo, uma análise iconográfica dos objetos pode trazer alguns indícios interessantes em relação a este fato. A princípio, tem-se a faixa maçônica (Imagem 2), confeccionada em seda e fios de ouro, esta apresenta a águia bicéfala coroada, com espada nas garras e um delta luminoso, símbolos que compõem o emblema do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito.

Figura 2: Faixa maçônica de D. Pedro I, séc. XIX – seda e fio de ouro, 69 x 60 cm



Fonte: Fotografia: Jaime Acioli. Catálogo da Exposição: As Constituições Brasileiras. Brasília – FAAP (2007)

O avental (Figura 3) manufaturado em seda e veludo apresenta, bordado na abeta, um delta luminoso; abaixo, ostenta um pelicano alimentando seus filhotes encimado por uma cruz com a rosa mística ao centro, ladeado por símbolos e palavras do grau. Portanto, possivelmente um avental do Grau 7 – Cavaleiro Rosa-Cruz do Rito Moderno. Isto porque, segundo as informações disponíveis nos “Reguladores do Rito Francez Grãos Mysteriosos – Architecto” (p.35) datado de 1834, e de certa forma contendo informações do contexto de época de fabrico desta indumentária, na parte em que apresenta as diretrizes do grau de “Roza-Cruz”, o avental deste grau disporia de um triângulo na abeta, com quadrados e círculos com a letra “J”, e no meio do avental, seria bordado a jóia do grau. Esta também é descrita no ritual (p.33) como sendo formada por um compasso tendo ao centro

huma cruz radiosa, com o pé n’hum quarto de circulo, e o topo tocando a cabeça do compasso; de hum lado está apoiada nas pontas do compasso, huma águia com as azas abertas e a cabeça baixa; do outro hum pelicano, rasgando o seio para alimentar os filhos, que por baixo se divisão em hum ninho. Entre a águia, e o pelicano eleva-se hum ramo de acácia; sobre a cabeça do compasso, que forma huma rosa, há huma corôa antiga; sobre o quarto de circulo há, de hum lado, a palavra, e do outro a palavra de passe em letras hieroglyphicas.

Assim, devido a semelhança do avental descrito neste ritual de 1834 e o pertencente a D. Pedro I, pode-se corroborar a afirmativa de ser do Grau 7 do Rito Moderno bem como ser passível seu uso pelo Imperador. Já em relação ao malhete (Imagem 4), fabricado em bronze dourado, este apresenta as iniciais: “P. 1º.” gravadas em relevo.

Figura 3: Avental de D. Pedro I, c. 1820 – seda e veludo, 34 x 36 cm



Fonte: Fotografia: Jaime Acioli. Catálogo da Exposição: As Constituições Brasileiras. Brasília – FAAP (2007)

Há também no acervo um gládio maçônico com a respectiva bainha. Este, cuja lâmina e punho foram trabalhados em metal dourado e filigrana, tem gravado no punho um cinzel e malho cruzados, e um triângulo com o número 33 ao centro em relevo.

Figura 4: Malhete de D. Pedro I, séc. XIX – metal, 25 x 13,5 x 2,5 cm



Fonte: Fotografia: Jaime Acioli. Catálogo da Exposição: As Constituições Brasileiras. Brasília – FAAP (2007)

Desse modo, numa análise inicial embasada nas características dos objetos descritas acima, podemos concluir que talvez apenas o avental e o malhete tenham, de fato, pertencidos a D. Pedro I, devido ao primeiro ser correspondente a um grau ostentado pelo Imperador, e o segundo por apresentar gravada as suas iniciais.

Os outros dois objetos, faixa e gládio, provavelmente não tenham feito parte de sua vida maçônica. São itens relacionados ao último grau do Rito Escocês Antigo e Aceito. Como se sabe, este rito foi trabalhado no Brasil apenas a partir do idos de 1829 pela Loja Educação e Moral, a primeira a praticá-lo (CH'AN, 1968, p.69). Também foi somente em 1832 que Francisco Gê Acayaba de Montezuma fundou o Supremo Conselho para o Império do Brasil, Potência organizadora do Rito Escocês Antigo e Aceito. Neste período, D. Pedro I, já prestes a voltar para Portugal, há muito tempo estava afastado da maçonaria. Contudo, não descartando totalmente seu pertencimento ao Imperador, uma hipótese possível para relacionar tais objetos a ele seria a sua recepção como presente ou recordação por parte de algum maçom. Todavia seu uso em loja, por D. Pedro I, talvez nunca tenha ocorrido.

5. Considerações finais

Diante dos conhecimentos de simbologia maçônica, informações históricas da maçonaria no império e da análise apresentada, pode-se perceber as possíveis confluências e intersecções entre Maçonaria e Museologia. São áreas que carecem de mais estudos e, portanto, um grande campo de pesquisa a ser trabalhado.

Não obstante, hodiernamente, prevalece o desconhecimento de tais acontecimentos e acervos. O Brasil possui um patrimônio cultural maçônico significativo e ainda pouco explorado pelos cidadãos e que importa a sua preservação, quer como fonte para história, tradição e simbologia da Maçonaria, quer para comunicação dos ideais e ações maçônicas para o grande público.

Isso demonstra as possibilidades de atividades e a função sociocultural que as instituições de

memória – museus, arquivos, bibliotecas, entre outros – podem desempenhar, permitindo o estudo, a pesquisa, a contemplação dos bens de valor histórico, artístico, científico, simbólico e atuando como locus de expressão/fruição identitária instrumento de formação dos cidadãos, estando a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

A Museologia possibilita a elaboração de trabalhos com o patrimônio cultural dos diferentes grupos formadores da sociedade. Assim, inserido nas instituições maçônicas, museólogos e diversos profissionais do campo museal tem muito a contribuir com a pesquisa, a divulgação e a valorização dos acervos maçônicos. Lojas e Potências maçônicas podem e devem preservar os objetos históricos que a elas pertencem, possibilitando a fruição destes pelos atuais e futuros obreiros da Ordem.

6. Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Maçonaria: História e Historiografia. *Revista USP*, São Paulo, n.32, p. 178-189, 1997.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar. *Cadernos de sociomuseologia*. v. 09, nº09, 1996. P.09-33.

CARVALHO, William Almeida de. Maçonaria no Brasil: análise da produção científica universitária. In: *Pietres-stones review of freemasonry*. 2007. Disponível em <http://www.freemasonsfreemasonry.com/22carvalho.html>.

Acesso em: 10 de abril de 2017.

CASTELLANI, José.; CARVALHO, Willian de. *História do Grande Oriente do Brasil—A Maçonaria na história do Brasil*. São Paulo: Madras, 2009.

CH'AN, Isa (Kurt Prober). *Achegas para a história da Maçonaria no Brasil*. Volume I. Paquetá: edição própria, 1968.

CURY, Marília Xavier. A importância das coisas: museologia e museus no mundo contemporâneo. In: SIMON, Samuel. *Um século de conhecimento: arte, filosofia, ciência e tecnologia no século XX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

DRUMMOND, Antônio de Menezes. D. Pedro I e José Bonifácio - Recordações de um Contemporâneo. In.: *Gazeta Litteraria*. Ano I, nº6, Rio de Janeiro, 1883.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: *CADERNOS de ensaios*, nº 2.

Estudos de museologia. Rio de Janeiro, Minc/ Iphan, 1994, p. 64 – 73.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. *Boletim do Grande Oriente do Brasil* – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. Nº 5, ano 11. Rio de Janeiro: Typographia de J. P. Hildebrandt, 1882.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). *Código de Ética do ICOM para Museus*. versão lusófona. Brasília: ICOMBR, 2010.

KOFES, SUELY. Trajetória social: política e sentidos. *Campos* (UFPR), v. 8, p. 27-40, 2007.

MENEZES, Manoel Joaquim de. Exposição histórica da Maçonaria no Brasil. In.: GRANDE ORIENTE DO BRASIL. *Boletim do Grande Oriente do Brasil* – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. Nº 11, ano 4. Rio de Janeiro: Typographia de J. P. Hildebrandt, 1875.

REGULADORES DO RITO FRANCEZ - Grãos Mysteriosos – Architecto. Rio de Janeiro: Typographia Seignot-Plancher e Cie, 1834.

RIBEIRO, Maria Laura. D. Pedro I e a Maçonaria. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Volume VIII, 1972.

SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia Aplicada em Museus*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.